

Hierarquia financeira e estratégias bancárias: uma análise regionalizada para o caso Brasileiro

RESUMO

O objetivo deste artigo é avaliar se o sistema financeiro brasileiro apresenta comportamento diferenciado no espaço. Para isso recorre-se à teoria pós-Keynesiana de preferência pela liquidez distinta regionalmente. Além disso, incorpora a hipótese de que a estratégia bancária se associa à centralidade, em conformidade com a teoria do lugar Central de Cristaller (1966). Deste modo, utilizou-se de indicadores de 2.924 municípios brasileiros, agrupados conforme o tipo de serviços financeiros ofertados nos mesmos. Posteriormente, recorreu-se ao modelo econométrico de dados em painel dinâmico, para o período 2000/2008 para se sustentar a análise de que as estratégias bancárias se associam ao nível de centralidade dos municípios.

Palavras-Chave: Hierarquia financeira, Estratégia Bancária, Economia Regional, Preferência pela liquidez.

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate if Brazilian's financial system has a differentiated strategy in space. The analysis is based on the post-Keynesian theory of liquidity preference regionally differentiated. In addition, assumes that the banking strategies are associated to centrality, as defined in Cristaller's Central Place Theory (1966). It used indicators of 2.924 cities grouped according to the kind of financial services they provide. Afterwards, resorted to the dynamic panel data econometric model, for the period 2000/2008 in order to test if the banking strategies are related to the centrality of the cities.

Key Words: Financial hierarchy, Banking strategy, Regional economy, Liquidity preference

1. Introdução

O processo de desenvolvimento econômico avança desigualmente no espaço. Existe uma vasta literatura que trata da questão em termos reais, considerando a disponibilidade de recursos, a mobilidade dos fatores, os padrões de produção e as condições de mercado. Mas, a tendência na literatura sobre o desenvolvimento regional é de ignorar os fatores financeiros e monetários no crescimento das regiões/países (CHICK e DOW, 1988).

A despeito desta tendência histórica, alguns estudos, especialmente a partir da década de 70, vêm mostrando que a moeda não é neutra e que produz impacto diferenciado no território. Entre os economistas regionais ortodoxos, a exemplo de Beare (1976), Fishkind (1977), Roberts and Fishkind (1979), Moore e Hill (1982) e Greenwald, Levinson e Stiglitz (1993), a visão mais difundida é a de que o sistema bancário somente irá influir na determinação da renda regional se houver algum tipo de falha de mercado, que provoque uma segmentação dos mercados de crédito – tais como a existência de assimetrias de informação e de elevados custos de transação. Na ausência das imperfeições, entretanto, sempre existiriam fluxos financeiros automáticos e imediatos equilibradores que assegurariam uma distribuição eficiente dos recursos financeiros entre as regiões. Os bancos seriam assim neutros, somente alocando poupança para os projetos alternativos de investimento. Rodríguez-Fuentes (1997) lembra que estes estudos assumem, também, que os empréstimos são limitados pelos depósitos.

Os adeptos da abordagem pós-keynesiana, como Sheila Dow (1982, 1987, 1992, 1993), Rodríguez-Fuentes (1998), Crocco, Cavalcante e Castro (2006), por sua vez, prescindem de argumentos relacionados a imperfeições de mercado para explicar o impacto da moeda nas regiões. Sustentam que os bancos desempenham um papel não neutro no desenvolvimento regional, tendo como função proporcionar recursos para financiar o crescimento econômico de algumas regiões¹. Ressaltam, contudo, que não há necessidade, para tanto, de reduzir o financiamento em outras áreas. Os teóricos desta escola afirmam que os fluxos financeiros interregionais são fruto do comportamento dos investidores e poupadores regionais (expresso na preferência pela liquidez dos agentes), e não resultado de uma postura discriminatória do sistema bancário.

Por fim, os autores pertencentes à geografia econômica, tais como Leyshon e Thrift (1997), Martin (1999) e Leyshon (2003), apresentam uma análise que também se mostra alternativa àquela proposta pelos economistas neoclássicos. Adotam a visão de que o sistema financeiro reproduz ou mesmo reforça as disparidades regionais, ao invés de reduzi-las.

Todos esses trabalhos, independente da filiação ideológica, têm em comum a constatação de que a moeda contribui, de alguma forma, para determinar a configuração do espaço econômico. No entanto, ainda que tais estudos tenham colaborado para o progresso na discussão regional, acredita-se que aqueles desenvolvidos sob o aparato pós-keynesiano permitem um melhor entendimento do papel dos fatores financeiros na criação de uma dinâmica particular de desenvolvimento. Dinâmica esta que ajuda na explicação das disparidades regionais, independente da disponibilidade corrente de recursos ou do nível de produtividade dos fatores.

Aceitando-se as premissas de que o sistema financeiro não é neutro – exercendo impacto sobre a economia real –, e de que ele não se distribui de forma homogênea no espaço, alguns estudos ocuparam-se da investigação da atuação bancária no território. Dentre eles, vale citar os trabalhos de Nogueira, Figueiredo e Crocco (2008), Nogueira, Crocco e Figueiredo (2010) e Crocco, Figueiredo e Santos (2010). Em todos, fica evidente que, embora exista uma linha mais geral de ação dos bancos, respondendo ao contexto macroeconômico, a estratégia dos mesmos é distinta, considerando-se as diversas regiões, estados e municípios onde estão localizados. A explicação para o fato reside na existência de preferência pela liquidez diferenciada, em função dos variados níveis de incerteza local. Esta constatação, no entender dos autores, tem implicações muito importantes, uma vez que atuam no sentido de aprofundar as desigualdades regionais.

Propõe-se, neste artigo, avançar nesta direção, incorporando, para tanto, outra dimensão de análise: a da hierarquia financeira – captada no conceito de centralidade. O que se pretende é entender a

¹ Isto é o que Keynes qualificou como motivo *finance* na especificação da demanda por moeda.

relação entre grau de centralidade financeira, preferência pela liquidez e alocação de recursos pelos bancos – esta última determinando, em última instância, o seu nível de rentabilidade.

Para tanto, foi utilizada a metodologia proposta por Crocco (2010), na qual os municípios são agrupados em quatro *clusters* de acordo com a disponibilidade de serviços financeiros ofertados localmente. Optou-se por adaptar o método, reduzindo para três o número de agrupamentos. Assim, os 2.924 municípios disponíveis na amostra foram divididos entre os grupos: Sistema Financeiro Básico (SFB), Sistema Financeiro (SFD) e Centro Financeiro de 1ª ordem. De forma a testar a hipótese de que o sistema bancário atua de forma diferenciada em um município de acordo com seu nível de centralidade, foi utilizado um painel dinâmico com dados para os citados municípios entre 2000 e 2008. Na regressão proposta, a receita por unidade de ativo figura como variável dependente e, como explicativas, uma série de indicadores financeiros. Foram criadas *dummies* de hierarquia financeira, as quais foram interagidas com as variáveis independentes.

Os resultados encontrados fornecem subsídios para a confirmação da hipótese levantada no trabalho. As principais fontes de receita identificadas para os níveis hierárquicos SFB, SFD e CF1º foram, respectivamente: concessão de crédito, cobrança de tarifas e aplicações em títulos. Ou seja, de fato, o sistema bancário não se comporta uniformemente no espaço.

Optou-se por adotar o seguinte encaminhamento na exposição do tema proposto para o artigo. No próximo item serão apresentados brevemente os fundamentos teóricos do trabalho. Na seção três será descrita a metodologia do trabalho, com uma breve apresentação do método de construção das hierarquias financeiras, a descrição das variáveis utilizadas no estudo e da técnica econométrica de painel dinâmico. Na quarta parte, são discutidos os resultados da regressão. Por fim, uma última seção é reservada para as considerações finais.

2. Referencial teórico – moeda e desenvolvimento regional

Este item ocupará-se da apresentação da discussão pós-keynesiana sobre preferência pela liquidez, especialmente o aspecto que diz respeito à sua variação espacial, e da teoria do lugar central, desenvolvida por Christaller (1966). A partir daí, é possível estabelecer uma associação entre os dois conceitos (centralidade e preferência pela liquidez), de forma a permitir um melhor entendimento da atuação diferenciada dos bancos no território.

Preferência pela liquidez diferenciada no espaço

Keynes desenvolveu a concepção de preferência pela liquidez como uma forma de justificar a opção do agente por manter riqueza na sua forma mais líquida – como moeda (WELLS, 1983)². Esta interpretação, ainda que correta, é muito simplista para um conceito que se tornou tão caro aos pós-keynesianos. Carvalho (1992) sugere que a expressão seja entendida de uma forma mais ampla: como indicativa de uma teoria de escolha de ativos alternativos. Assim, a escolha dos bancos sobre a alocação de seu ativo pode ser interpretada como um reflexo da preferência pela liquidez dos mesmos.

Dow (1982 e 1993) utilizou-se dos conceitos de centro e periferia para delinear um padrão diferenciado de preferência pela liquidez no espaço. Segundo ela, os residentes na periferia (firmas, instituições financeiras e famílias) tendem a preferir manter seus ativos mais líquidos do que os residentes no centro. Como a renda dos agentes na periferia, de maneira geral, é menor do que a dos agentes localizados nas áreas mais prósperas, maior é a probabilidade de eles precisarem de empréstimos para financiar suas despesas correntes. Essa possibilidade limita a disponibilidade de crédito ou o torna mais caro, devido ao risco de inadimplência associado, avigorando a preferência por reter ativos mais líquidos (com baixo risco de perdas de capital). Tal resultado é reforçado pelas diferenças regionais na variabilidade da renda: quanto maior a variabilidade desta, mais alta a preferência pela liquidez. Ainda

² A preferência pela liquidez normalmente associa-se à incerteza enfrentada pelo agente com relação ao estado futuro da economia.

que a renda média seja alta, se existe risco de sérias e eventuais depressões, a inadimplência tende a ser alta no médio e longo prazos, o que determina o comportamento mais conservador dos agentes

Isso explica por que diferentes tipos de economias podem ser caracterizadas por apresentarem distintos graus de preferência pela liquidez seja como resultado de expectativas diversas com relação às perdas de capital sobre os ativos alternativos, seja como resultado dos variados graus de incerteza sobre os retornos esperados desses mesmos ativos. O comportamento dos bancos pode ser analisado sob esse prisma (em termos do risco esperado de inadimplência e da incerteza com relação à avaliação desse risco). Se as expectativas sobre os retornos dos ativos estão sempre sujeitas à elevada incerteza, então se espera que a preferência pela liquidez esteja sempre alta e que o banco disponibilize pouco crédito, ou que cobre um preço relativamente maior pela sua concessão.

Teoria do lugar central

Com relação à teoria dos lugares centrais, o trabalho de Christaller (1966) é o de maior relevância (PARR, 2002a). O autor formula as bases para o entendimento de um sistema de cidades complementares e interdependentes, ao sugerir leis que regeriam a sua formação e dariam espaço a uma ordenação hierárquica em termos de tamanho e de quantidade. A centralidade, conceito seminal em sua construção, refere-se menos à localização espacial da cidade do que à sua função central em um sentido mais abstrato. O autor a define como a importância relativa de um lugar com respeito à região do seu entorno – região complementar. Os bens e serviços centrais são necessariamente ofertados em poucos pontos centrais, de forma a serem consumidos em muitos pontos dispersos. Quanto mais especializados forem estes bens e serviços, mais concentrados em poucos centros eles serão, ou, de acordo com a caracterização adotada por Christaller (1966), maior será a ordem hierárquica desses centros. Por outro lado, a oferta de serviços e produtos básicos seria dispersa e encontrada em muitos pontos no espaço. Importa ressaltar que, de acordo com o autor, é a oferta dos bens que define a hierarquia (ou ordem) de um lugar central, e não a produção dos bens lá realizada.

Christaller (1966) considera vital para o entendimento da formação de uma hierarquia de centros urbanos, a noção de “alcance do bem”, que se relaciona diretamente com o tamanho do lugar central e diz respeito à distância máxima que o consumidor está disposto a percorrer para obter certo tipo de bem ou serviço ofertado naquele centro. O alcance é determinado por características como tamanho e importância da localidade; distribuição espacial da população; quantidade que o consumidor está disposto a gastar com o bem; distância econômica subjetiva; e tipo, quantidade e preço do bem lá ofertado. A distância econômica é determinada pelo custo de frete, seguro e armazenamento, tempo e perda de peso no trânsito; já no que se refere ao transporte de passageiros, é determinada pelo custo do transporte, o tempo requerido e o desconforto da viagem.

Paralelamente, existe também a questão da escala mínima necessária para produzir uma mercadoria, a qual ele denomina de “limite crítico” ou “limiar da demanda”. Quanto maior a especialização de um bem ou serviço, maior a escala mínima que justifique, em termos econômicos, sua oferta, o que determinará o grau de centralidade local.

O surgimento de um lugar central dá-se simplesmente porque algumas funções da cidade serão efetuadas por meio de atividades que necessariamente devem ter localização central. As funções centrais foram assim elencadas pelo autor: em primeiro lugar, o comércio, depois as atividades bancárias, os serviços de reparação, a administração pública, a oferta de serviços culturais e espirituais, as organizações empresariais e profissionais, o transporte e o saneamento. Ele argumenta que esses serviços são oferecidos em lugares centrais porque é mais vantajoso do ponto de vista econômico.

O estudo efetuado por Parr e Budd (2000) sobre a distribuição espacial de diferentes tipos de atividades financeiras no Reino Unido corrobora a ideia acima. Os autores concluíram que quanto mais central a região, mais sofisticada a sua oferta de serviços financeiros. Conclusão já esperada por eles, tendo em vista o fato de que “*financial services have come to play an increasingly important role in regional development*” (PARR e BUDD, 2000:594).

A partir da caracterização adotada por Christaller (1966), quanto maior a oferta de bens e serviços centrais, maior será a ordem hierárquica do centro em questão. Pode-se inferir que, em geral, tais centros

contam com setores produtivos mais sofisticados e diversificados. Consequentemente, os agentes locais possuem uma menor preferência pela liquidez, em comparação com agentes localizados em áreas menos centrais. Assume-se aqui que a centralidade está associada à preferência pela liquidez, em uma relação de causalidade mútua, como será visto a seguir.

Preferência pela liquidez e centralidade

A moeda, por meio da preferência pela liquidez dos agentes (bancos, firmas e famílias), exerce papel na construção e no reforço da centralidade de uma região. Crocco, Cavalcante e Castro (2005-6) estudaram esse relacionamento e concluíram que uma maior centralidade, por implicar uma maior oferta de bens e serviços centrais, estimula a diversificação dos setores secundário e terciário. Expandem-se, assim, as alternativas de investimento dos bancos, ao possibilitar a diversificação de suas carteiras. Com isso, observa-se uma redução na preferência pela liquidez dos mesmos, incentivando-os a conceder um volume maior de crédito. Nesta situação, os empresários também reduzem a sua preferência pela liquidez, aumentando a sua disposição em realizar inversões. Portanto, a maior diversificação, propiciada pela maior centralidade, gera externalidades que podem ser apropriadas pelas firmas, atenuando a incerteza no local.

O padrão de fluxo de capital entre o centro e a periferia, desenhado por Dow (1982 e 1993), pode ser transportado para a descrição do que acontece com as regiões de maior e de menor centralidade, respectivamente³. Assim, as firmas, as instituições financeiras e as famílias localizadas em áreas menos centrais, que seriam as menos desenvolvidas, tendem a preferir reter ativos das mais centrais, devido à sua maior liquidez, em relação àqueles locais. Tal fato, por si só, tende a reforçar o valor dos ativos da região central e enfraquecer os da complementar. E isto não só promove a disparidade na avaliação da riqueza entre os dois tipos de região, afetando negativamente a disposição das empresas das regiões menos desenvolvidas de realizarem investimentos, como também piora a sua reputação de crédito. Por outro lado, observa-se tendência de concentração dos investimentos nas áreas mais favorecidas, tanto inversões de empresas já estabelecidas no local, como também de outras que são atraídas para lá, em função do ambiente de negócios mais favorável.

Acrescente-se ao citado padrão a atração exercida pelos mercados financeiros dos centros mais desenvolvidos, capaz de desviar recursos que poderiam ter sido investidos nas regiões complementares para fora daquela região. Em particular, uma elevação na preferência pela liquidez local estimula o escoamento de capital para o centro financeiro, onde os ativos mais líquidos são emitidos. Isso reduz a taxa de redépósito nas instituições financeiras locais, prejudicando sua habilidade para estender crédito, ao mesmo tempo em que o aumento em sua própria preferência pela liquidez diminui sua disposição em comprometer seus ativos a adiantamentos para a indústria local.

Já em uma região que esteja experimentando aumento na confiança nos retornos esperados dos ativos, ocorre o processo inverso, o que reduz a preferência pela liquidez tanto dos detentores de ativos como dos ofertantes de crédito. Melhora-se assim o ambiente para a realização das inversões. Como consequência tem-se uma diversificação na oferta de bens centrais.

Com a diversificação, tende-se ao reforço da centralidade de determinado local, em detrimento de outros lugares centrais, devido ao aumento de sua importância, ampliando, assim, as disparidades regionais. No caso, acontece o seguinte: as pessoas se deslocam para consumir o(s) novo(s) bem(ns) e acabam consumindo outros bens – que antes eram consumidos em outra localidade – aproveitando-se da ida ao lugar central. Normalmente, o contrário também ocorre. Ou seja, a redução na diversidade de bens centrais ofertados tende a diminuir a importância relativa de um lugar central, reduzindo o seu poder de atração. A discussão acha-se em consonância com a feita por Jacobs (1975) quando afirma que a diversificação produtiva favorece o desenvolvimento de um determinado local.

Vale lembrar, com Crocco, Cavalcante e Castro (2005-6), que a centralidade de uma certa área serve também como um importante incentivo à decisão locacional dos bancos – e não somente das firmas

³ Cabe ressaltar que o conceito de centralidade refere-se à rede urbana. Assim, quando se fala de região central e sua região complementar necessariamente está-se referindo a áreas espacialmente contíguas. Já os termos “centro” e “periferia” não contêm esta conotação de espaços adjacentes. A relação entre eles se dá por fatores exclusivamente de ordem econômica.

não-financeiras. Para Dow (1999) existe de fato uma tendência, inerente ao sistema financeiro, de se concentrar em determinados locais, especialmente nos centros financeiros mais desenvolvidos, devido à menor preferência pela liquidez dos agentes localizados nessas regiões⁴. A tendência relaciona-se à capacidade de os bancos localizados nesses centros inspirarem maior confiança nos agentes econômicos e, portanto, gerarem mais crescimento e lucros. Neste sentido, segue a ideia de Myrdal (1957) de causalção cumulativa: mais confiança implica mais negócios e maior capacidade de alcançar economias de escala, que inspiram ainda mais confiança e assim por diante.

É possível argumentar, portanto, que o processo de desenvolvimento regional implica a construção e a distribuição de centralidade no espaço. Acredita-se que o sistema financeiro tenha um papel neste processo.

3. Metodologia

3.1. Construção das hierarquias financeiras

Conforme exposto na seção anterior, a teoria pós-keynesina da preferência pela liquidez distinta por região afirma que o comportamento do setor bancário não é uniforme no espaço. De maneira que as agências bancárias teriam estratégias diferentes de alocação dos ativos determinada pelas características da região onde estão inseridas. Como maneira de testar esta hipótese, o presente artigo utiliza a metodologia proposta por Crocco (2010), na qual os municípios brasileiros foram agrupados em quatro grupos de acordo com a oferta de serviços financeiros existentes nos mesmos.

De modo a implementar essa hierarquia, o autor, utilizou-se do método de Análise de Agrupamentos (*Cluster*) não hierárquico⁵ tomando como variáveis o número de estabelecimentos divulgado pela RAIS em 2007 de 36 tipos de instituição financeira conforme classificação da CNAE. De acordo com a maior ou menor frequência dos estabelecimentos no conjunto de municípios analisados, foram atribuídos diferentes pesos para o tipo de instituição (Anexo 1). Dessa forma, municípios com uma oferta menor (maior) e menos (mais) ampla de serviços financeiros foram alocados em níveis hierárquicos inferiores (superiores).

Originalmente, o autor havia identificado a existência de 4 *clusters*, considerando-se todos os municípios com pelo menos um tipo de instituição financeira em 2007⁶. O *cluster* 1 compreendia as cidades de pequeno e médio portes, denominado por ele de Sistema Financeiro Básico (SFB). Já o *cluster* 2, Sistema Financeiro Diversificado (SFD), reunia alguns municípios de maior relevância econômica no cenário nacional. O *cluster* 3, Centro Financeiro de Segunda Ordem (CF2°), compreendia algumas capitais mais importantes economicamente e, finalmente, o quarto *cluster*, Centro Financeiro de Primeira Ordem (CF1°), apenas a cidade de São Paulo.

Em Crocco *et al* (2011) foi feita uma análise exploratória de uma série de indicadores financeiros utilizando as quatro hierarquias citadas, contudo, foi verificado que os grupos SFD e CF2° apresentam resultados muito próximos. Dessa forma, no presente trabalho optou-se por adaptar a classificação sugerida por Crocco (2010): o grupo SFD passou a contar com municípios dos *clusters* 2 e 3 propostos na hierarquia original. Os demais agrupamentos – SFB e CF1° – foram mantidos.

⁴ De acordo com Dow (1993), o sistema financeiro é um dos setores que gozam de mais economias de escala dinâmicas.

⁵ O método de agrupamento não hierárquico requer a especificação prévia do número de grupos (*clusters*) desejados. Em geral, os algoritmos computacionais utilizados neste método são do tipo iterativo e têm a maior capacidade de análise de um conjunto de dados com um grande número de observações (o que corresponde à realidade deste trabalho). Dentre as técnicas não hierárquicas, optou-se pela utilização nesta análise do método k- Médias (“*k-Means*”): cada elemento amostral é alocado àquele *cluster* cujo centróide (vetor de médias amostral) é o mais próximo do vetor de valores observados para o respectivo indivíduo.

⁶ No total, 3.837 municípios contavam com a presença de pelo menos uma instituição financeira de algum tipo no ano de 2007, de acordo com dados da RAIS/MTE. Contudo, em função da disponibilidade de dados financeiros, apenas 2.924 municípios estão incluídos na amostra por terem apresentado ao menos uma agência bancária em todo o período de 1989 a 2007, critério utilizado pelo LEMTe/Cedeplar para a consolidação de seu banco de dados.

Segundo Crocco (2010), esta hierarquização permite concluir que há poucos centros que oferecem serviços financeiros sofisticados e uma elevada quantidade de municípios com o fornecimento apenas de serviços básicos. A tabela 1 confirma esta afirmação, na medida em que mais de 98% das localidades foi agrupada no grupo SFB, enquanto um pouco mais de 1% dos municípios conta com um sistema financeiro mais diversificado. Esta situação denota uma grande fragmentação na hierarquia urbana brasileira, condição que pode ser mais bem analisada quando se observa a distribuição regional dos *clusters* no território.

Tabela 1 - Distribuição Regional dos Clusters

Cluster	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	(%) Total
SFB	248	674	137	1082	746	2887	98,73
SFD	4	9	2	17	4	36	1,23
CF1º	0	0	0	1	0	1	0,03
Total geral	252	683	139	1100	750	2924	100,00

Fonte: Elaboração própria

Nota: SFB = Sistema Financeiro Básico; SFD = Sistema Financeiro Diversificado; e CF1º = Centro Financeiro de Primeira Ordem

Como pode ser visto na tabela 1, o CF1º e as cidades pertencentes ao grupo SFD localizam-se em regiões mais desenvolvidas: dos 37 municípios alocados nestes grupos, apenas 11 estão nas regiões Norte e Nordeste. Já as localidades que apresentam sistemas financeiros mais básicos estão mais distribuídas no território. Dado que os serviços financeiros sofisticados são considerados por Christaller (1966) como um dos bens mais centrais existentes, pode-se argumentar que a hierarquização do sistema financeiro guarda, de fato, relação próxima com a hierarquia urbana, proposta pelo autor.

Parte-se, portanto, do pressuposto que nas regiões com maior grau de centralidade, medida aqui pela hierarquia financeira, a preferência pela liquidez dos agentes é menor do que nas menos centrais. Assim, a tendência é de que o sistema financeiro atue de maneira diferenciada, conforme a sua localização, reforçando a conformação dos padrões de centralidade já existentes e potencializando as diferenças regionais.

Com o objetivo de testar a hipótese de que o nível de centralidade financeira de um município determina a preferência pela liquidez da agência bancária que, por sua vez, determina a estratégia de alocação dos ativos da agência, será utilizada a técnica econométrica de painel dinâmico. A seguir, as variáveis que compõem o modelo são descritas e, em seguida, a metodologia de análise dos dados é apresentada.

3.2. Descrição dos Dados

Serão utilizados na regressão vários indicadores que têm por objetivo identificar se, de fato, a estratégia bancária mostra-se diferenciada entre os bancos localizados em municípios com graus de centralidade financeira diversos. Esses índices foram construídos a partir de contas selecionadas do ativo e do passivo de todos os bancos com carteira comercial em atividade no Brasil⁷. A base de dados compreende os anos 2000 a 2008. Como referência foram considerados somente os municípios que tinham, ao menos, uma agência bancária no referido período – totalizando assim 2.924 cidades. O Quadro 1 a seguir apresenta os indicadores.

⁷ Para a elaboração dos índices foi utilizado o banco de dados do Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LEMTe/Cedeplar), cuja origem é a Estatística Bancária Mensal disponibilizada desde 1988 pelo Banco Central.

Como variável dependente será utilizado o índice **RECAT**⁸. Este mede o total de receitas operacionais e não-operacionais obtidas pelo conjunto de agências bancárias localizadas em determinado município por unidade do ativo aplicado por estas na localidade. Ou seja, o indicador fornece o resultado das estratégias de aplicação de ativos das agências.

Quadro 1
Indicadores Financeiros

Indicadores	Descrição
<i>Variável dependente</i> recat	Receitas sobre Total do Ativo
<i>Variáveis explicativas</i> depvpc	Depósitos a vista per capita
empat	Empréstimos e títulos descontados sobre Total do Ativo
indat	Financiamento para a Indústria sobre Total do Ativo
agroecat	Financiamentos para a Agropecuária sobre Total do Ativo
imat	Financiamentos Imobiliários sobre Total do Ativo
tvmat	Aplicações em títulos e valores mobiliários sobre Total do Ativo
atpib	Total do Ativo municipal sobre PIB municipal
plb	Preferência pela liquidez dos bancos

Fonte: Elaboração própria

De forma a captar se as estratégias de alocação de ativos são diferenciadas espacialmente, todas as variáveis explicativas descritas na tabela 1 foram interagidas com *dummies* de centralidade financeira, construídas da forma descrita na subseção anterior.

A variável **DEPVP** representa uma *proxy* para receitas com tarifas. Infere-se que exista correlação direta entre o volume de depósitos *per capita* e o nível de bancarização da população do município, determinando a demanda por serviços bancários.

As variáveis **EMPAT**, **INDAT**, **AGROECAT**, **IMAT** e **TVMAT** representam o tipo de atuação que o sistema bancário tem em determinado município. Ou seja, a forma como os ativos bancários são distribuídos, de maneira a aproveitar as oportunidades de obtenção de receitas. As possibilidades consideradas para a alocação de recursos pelos bancos são: concessão de empréstimos de curto prazo, voltados principalmente para empresas (capital de giro) e consumo, **EMPAT**; financiamento da atividade produtiva, através dos créditos de longo prazo, captados pelos índices **AGROPCAT**, **IMAT** e **INDAT**; aplicações especulativas no mercado financeiro e em títulos públicos – **TVMAT**.

O indicador **ATPIB** reflete o peso do sistema bancário na estrutura produtiva do município. Uma elevada participação do ativo dos bancos no total de riqueza gerada em um município representa um sistema financeiro consolidado.

O **PLB** representa uma *proxy* para a preferência pela liquidez dos bancos nos municípios considerados. Originalmente proposta por Crocco, Cavalcante e Castro (2005), consiste na razão entre os depósitos à vista (somatório das médias anuais das contas *Depósitos a vista do governo e Depósitos a vista do Setor Privado*) e crédito total (somatório de *Empréstimos e Títulos Descontados e da conta Financiamentos*).

De acordo com Cavalcante (2006), esta relação capta a magnitude em que o banco opta por alocar seus ativos de maior prazo em relação a suas obrigações imediatas. As contas refletem respectivamente a intenção do público em manter seus ativos o mais líquido possível, na forma de depósitos a vista, e a própria disponibilidade dos bancos em emprestar (crédito total).

⁸ Em estudo semelhante, Nogueira et al (2009) foi realizado um estudo semelhante utilizando a variável lucro sobre total do ativo, conhecida na literatura como “*Returns on Assets*”. Contudo, municípios nos quais se localizam matrizes dos grandes bancos tendem a ter rentabilidades baixas ou, até mesmo, negativas. Acredita-se que tal fato ocorre em função da concentração de várias operações na matriz que acaba contabilizando prejuízos de outras praças. Assim sendo, optou-se por utiliza as receitas no lugar do lucro obtendo, assim, um indicador mais limpo, embora não completamente livre de problemas semelhantes.

Uma breve consideração deste indicador se faz necessária. Usualmente a preferência pela liquidez de um banco é observada por variáveis exclusivas do ativo, como por exemplo, a comparação entre a proporção do ativo alocado em empréstimos e títulos. No entanto, esta mensuração só faz sentido para o banco como um todo. No caso do sistema bancário brasileiro é importante lembrar que ele é composto por bancos nacionais com agências espalhadas por todo território. Neste contexto, a destinação dada ao volume de reservas captados na região não é uma decisão exclusiva da agência ali localizada, mas também de sua matriz. Por exemplo, é muito comum no caso brasileiro, a agência transferir recursos para a matriz para que esta faça as operações de títulos e valores mobiliários. O indicador aqui sugerido supera esta limitação ao trabalhar com duas variáveis de gestão exclusiva da agência: os depósitos captados e o crédito oferecido. É neste contexto que se deve salientar que este é um indicador que capta a preferência pela liquidez das **agências bancárias em uma região específica**.

Além dos indicadores listados acima, para a estimação do modelo proposto neste trabalho, houve a utilização de *dummies* relativas aos anos de 2000, 2004 e 2008, com o propósito de avaliar a forma como a conjuntura dos períodos em questão afetaram a variável dependente. Estas *dummies* foram interagidas com os níveis hierárquicos de centralidade financeira, de forma a captar se os efeitos do contexto temporal afetaram os três grupos de forma diferenciada.

3.3. Descrição do Método

Utilizou-se, no presente artigo, de dados no formato longitudinal, que correspondem a medidas para uma mesma unidade, em diferentes pontos do tempo. A base de informações compreende 2.924 municípios e o período analisado abrange os anos de 2000 a 2008 (T=9).

Cameron e Trivedi (2005) argumentam que, quando se trabalha com um maior volume de informações, a utilização de dados em formato longitudinal, resultará necessariamente em estimadores mais precisos, dada a maior variabilidade e menor colinearidade entre as variáveis, bem como devido à ocorrência de mais graus de liberdade e maior eficiência dos estimadores.

Além desse fato, Verbeek (2004) lembra que os dados em painéis, por admitirem duas dimensões, tanto no âmbito individual, como no temporal, possuem necessariamente maior precisão e estimadores mais eficientes que a própria *cross-section*.

A investigação central do artigo concentrou-se na análise da rentabilidade do ativo dos bancos, agrupados por municípios de acordo com o seu grau de centralidade financeira.

Para se estimar esta relação utilizou-se de painel dinâmico. Segundo Verbeek (2004), este tipo de regressão possibilita uma melhor compreensão das dinâmicas de ajustamento. Esse efeito poderá ser representado pela variável dependente defasada como regressor. A equação estimada apresenta a seguinte estrutura:

$$y_{it} = \alpha_i + x_{it}\beta + \gamma y_{i,t-1} + \varepsilon_{it}, (1)$$

Onde:

y_{it} , representa a receita sobre total do ativo (Receita.Ativo)

α_i , a constante do modelo, efeito comum aos municípios

x_{it} , representa todos os indicadores financeiros e *dummies* de período interagidos com as *dummies* de centralidade financeira

$y_{i,t-1}$, variável dependente defasada no período t-1.

ε_{it} , o componente de erro

Em que o termo de erro aleatório da equação original (ε_{it}) se desdobra em dois termos estocásticos. Um destes termos de erro não apresentará variação ao longo do tempo e o outro não estará correlacionado com o fator tempo, como demonstrado a seguir na equação (2).

$$\varepsilon_{it} = \alpha_i + u_{it}, \quad (2)$$

Verbeek (2004) observa também que, diante da necessidade de consistência da estimação, recorre-se à hipótese de que não há correlação dos termos de erro com os regressores, conforme abaixo.

$$E(\mu_{it} | y_{i,t-1}, x_{it}) = 0; \quad (3)$$

$$Var(\mu_{it} | y_{i,t-1}, x_{it}) = \sigma_{\mu}^2, \forall_{it}; \quad (4)$$

$$Cov(\mu_{it}, \mu_{js} | y_{i,t-1}, x_{it}) = 0, i \neq j; \quad (5)$$

$t \neq s$

Ou seja, os termos de erro são independentes das variáveis explicativas, não autocorrelacionados e homocedásticos.

4. Análise dos resultados

Na tabela 2, abaixo, estão expostos os resultados da regressão proposta na seção anterior. Cada variável dependente foi interagida com as *dummies* de hierarquia financeira, de forma a tentar captar estratégias de gestão do ativo diferenciadas para cada grupo de municípios. Conforme dito anteriormente, foi utilizado o método de painel dinâmico, que tem como principal característica o uso da variável dependente defasada como instrumento na regressão. Optou-se por utilizar apenas uma *lag* da variável que, como pode ser observado na tabela, foi significativa com coeficiente positivo (0,3110), implicando que há uma tendência cumulativa nas receitas bancárias por unidade de ativo aplicado nos municípios. Dado que os bancos brasileiros vêm apresentando lucros crescentes ao longo dos anos, este resultado já era esperado.

Tabela 2 – Resultados da regressão

Variável dependente: recat

Variáveis independentes	Coefficiente	Erro padrão	z	P> z	[95% Intervalo de Confiança]	
recat L1.	0.3110	0.0184	16.9000	0.0000 *	0.2749	0.3471
depvpc	-0.0964	0.0158	-6.1100	0.0000 *	-0.1274	-0.0655
hi2depvpc	0.0924	0.0160	5.7800	0.0000 *	0.0610	0.1237
hi3depvpc	0.0385	0.0207	1.8600	0.0630	-0.0021	0.0791
empat	0.1335	0.0017	79.5500	0.0000 *	0.1302	0.1368
hi2empat	-0.0241	0.0284	-0.8500	0.3960	-0.0797	0.0315
hi3empat	5.1914	3.7753	1.3800	0.1690	-2.2080	12.5908
indat	0.0158	0.0046	3.4500	0.0010 *	0.0068	0.0248
hi2indat	0.0161	0.0286	0.5600	0.5740	-0.0399	0.0721
agropecat	0.0127	0.0017	7.5800	0.0000 *	0.0094	0.0159
hi2agropecat	0.0275	0.1071	0.2600	0.7970	-0.1824	0.2374
imat	0.0014	0.0043	0.3300	0.7400	-0.0071	0.0099
hi2imat	0.0008	0.0607	0.0100	0.9890	-0.1182	0.1199
tvmat	0.0264	0.0081	3.2700	0.0010 *	0.0106	0.0422
hi2tvmat	-0.0066	0.0286	-0.2300	0.8180	-0.0626	0.0494
hi3tvmat	4.7083	1.3578	3.4700	0.0010 *	2.0470	7.3696
atpib	-0.0335	0.0010	-32.2900	0.0000 *	-0.0356	-0.0315
hi2atpib	0.0335	0.0011	31.8000	0.0000 *	0.0314	0.0355
hi3atpib	0.1486	0.0322	4.6100	0.0000 *	0.0854	0.2118
plb	0.0000	0.0002	-0.0600	0.9530	-0.0003	0.0003
hi2plb	-0.0051	0.0259	-0.2000	0.8430	-0.0559	0.0456
hi3plb	9.6745	2.6660	3.6300	0.0000 *	4.4493	14.8997
d04	-0.0014	0.0003	-5.5900	0.0000 *	-0.0019	-0.0009
hi2d04	-0.0014	0.0022	-0.6600	0.5090	-0.0057	0.0028
hi3d04	-0.0023	0.0158	-0.1400	0.8860	-0.0332	0.0286
d08	-0.0130	0.0003	-46.2000	0.0000 *	-0.0135	-0.0124
hi2d08	0.0105	0.0029	3.5600	0.0000 *	0.0047	0.0162
hi3d08	-4.0612	1.2444	-3.2600	0.0010 *	-6.5002	-1.6222
_cons	0.0196	0.0013	15.2700	0.0000 *	0.0171	0.0222

Legenda: (*) Significativos 95% [IC]

Number of instruments =	56	Wald chi2(28)	= 15414.04
		Prob > chi2	= 0.0000

Fonte: Elaboração própria

Nota: As variáveis hi3indat, hi3imat e hi3agropecat foram excluídas da regressão em função de alta multicolinearidade nos dados.

A variável **DEPVPC**, como já foi salientado, está sendo utilizada como uma proxy para receitas com tarifas. Parte-se do pressuposto de que um maior volume de depósitos per capita representa um maior nível de bancarização da população e, conseqüentemente, maior demanda por serviços bancários. No caso dos municípios agrupados no cluster “Sistema Bancário Básico”, a variável se mostrou negativamente correlacionada com as receitas sobre total do ativo. É possível argumentar que, no caso de municípios com menor sofisticação financeira, a demanda por serviços bancários é baixa e pouco diversificada, o que significa que uma elevação dos depósitos a vista não representa, necessariamente, uma elevação no uso de outros produtos bancários que possam gerar receitas para as agências. A população dos municípios menores tem o costume de utilizar apenas serviços mais básicos, como a própria conta corrente e os produtos ligados a ela, de forma que uma expansão excessiva de clientes e, conseqüentemente, uma elevação dos depósitos, não gera necessariamente maiores receitas. Ao contrário, cria uma elevação de mesmo tamanho no ativo bancário, podendo, portanto, causar quedas na receita por unidade de ativo.

Já para os municípios alocados no grupo SFD e para a cidade de São Paulo, a variável apresentou coeficiente positivo. Percebe-se, assim, que, em municípios maiores, que dispõem de um sistema financeiro mais diversificado, a população tende a demandar um maior volume de produtos bancários,

gerando receitas para as agências. Contudo, conclui-se, pela comparação do tamanho dos coeficientes nesses dois grupos, que a variável é mais importante para os centros de médio porte, do que para a cidade de São Paulo, onde a população é tão grande que boa parte dela é excluída do sistema bancário e deixa, portanto, de efetivamente demandar tais serviços

O indicador **EMPAT**, que mede a proporção de empréstimos de curto prazo como proporção do ativo municipal, foi importante para explicar a variabilidade das receitas bancárias apenas no caso dos municípios de sistema bancário básico. A variável é positivamente correlacionada com as receitas, o que é esperado, dada a recente importância que vários tipos de crédito direto ao consumidor vêm assumindo no Brasil. Esse tipo de empréstimo, em geral, tem valores pequenos e uma taxa de juros bastante alta, o que implica em uma proporção elevada de receitas por unidade de ativo aplicado. Dentre as categorias de crédito alocadas sob essa rubrica é possível destacar também o crédito consignado, descoberta recente do sistema bancário, que consiste em um empréstimo cujas parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamentos do tomador. Dessa forma, o nível de inadimplência é bem menor do que em outros tipos de crédito e o risco, muito baixo, principalmente no que tange a funcionários públicos, nicho de mercado que vem sendo alvo constante das instituições bancárias.

Vale ressaltar que esse resultado não contradiz o pressuposto pela teoria pós-keynesiana. Segundo esta, os municípios menos desenvolvidos apresentam uma preferência pela liquidez maior que nos centros mais desenvolvidos. Considerando-se que o crédito seria uma das aplicações com menor liquidez, seria esperado que nessas regiões houvesse um menor volume de empréstimos. Entretanto, é importante enfatizar que, apesar do crédito ter sido importante para explicar a variabilidade das receitas nesses municípios, os mesmos responderam por no máximo 25% do total de crédito concedido no Brasil, entre 2000 e 2008⁹. Embora apresentem uma participação relativamente pequena na concessão total de empréstimos no Brasil, as agências localizadas nestas cidades têm nesse tipo de crédito sua principal aplicação ativa, como mostra a tabela 3. Dessa forma, dadas as características peculiares desses empréstimos e sua elevada importância na composição dos ativos nos municípios menores, é possível compreender o resultado da regressão que coloca a variável **EMPAT** como o indicador com maior impacto nas receitas desse grupo de cidades.

Tabela 3 – Algumas variáveis de gestão do ativo: médias para os municípios do grupo “Sistema Financeiro Básico”

<i>Variável</i>	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
EMPAT	0,163	0,224	0,228	0,245	0,256	0,273	0,295	0,301	0,310
INDAT	0,066	0,071	0,076	0,083	0,083	0,081	0,089	0,091	0,092
AGROPECAT	0,183	0,172	0,156	0,182	0,203	0,202	0,206	0,216	0,221
IMAT	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,000	0,050
TOTAL	0,412	0,467	0,461	0,512	0,543	0,557	0,590	0,609	0,673

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Estatística Bancária Mensal do Banco Central

De forma semelhante, os indicadores ligados a financiamentos bancários também apresentaram importância apenas para explicar as receitas dos municípios de sistema financeiro básico. A exceção foram os financiamentos imobiliários, que não se mostraram representativos para nenhum dos grupos. Tal resultado é esperado, uma vez que esse tipo de financiamento ainda é, em larga escala, subsidiado pelo governo, através da Caixa Econômica Federal, responsável pela maior parte dos recursos aplicados nessa área.

Nota-se, na tabela x, que, somando a participação de todos os tipos de crédito (empréstimos e financiamentos) no ativo total dos municípios do grupo de sistema financeiro básico, o resultado aproxima-se de 40%, em 2000, chegando a 67%, em 2008. Dessa forma, pode-se argumentar que as agências bancárias destes municípios têm como principal atividade a captação de depósitos e a concessão

⁹ De acordo com dados da Estatística Bancária Mensal do BACEN, tomando como referência o total da amostra e os preços de 2011, o volume de empréstimos de curto prazo passou de R\$ 73 bilhões em 2000 para R\$ 591 bilhões em 2008.

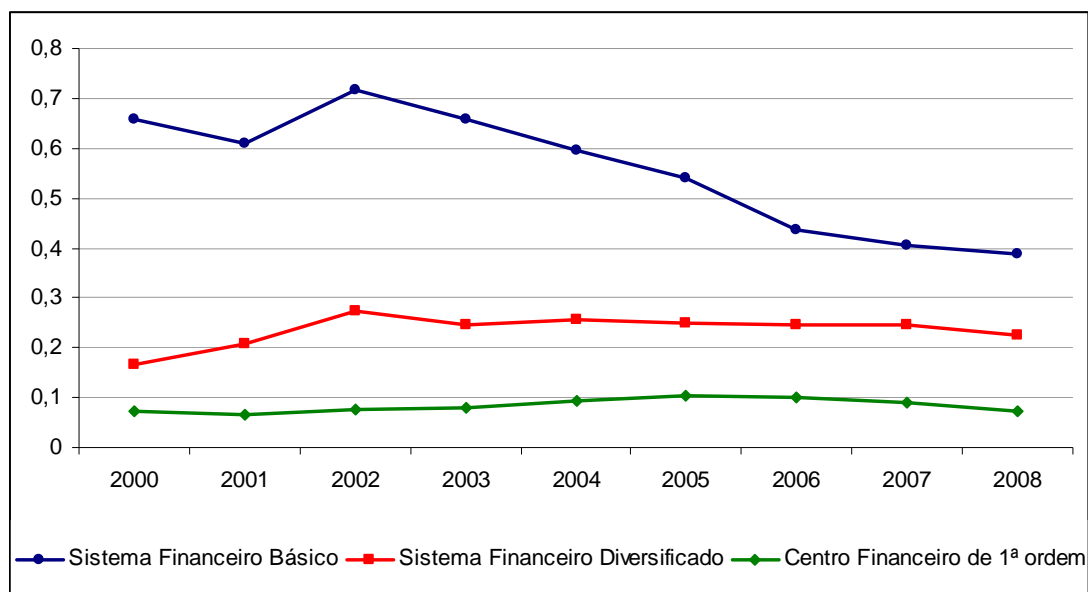
de crédito, daí a importância dos indicadores **INDAT** e **AGROPECAT** para explicar a variação das receitas sobre unidade de ativo para esse grupo de municípios.

No que tange à variável **TVMAT**, percebe-se que ela é significativa para o grupo de municípios de pequeno porte, mas sua importância é bem maior para o centro financeiro de primeira ordem, apresentando um dos maiores coeficientes estimados. Este resultado é esperado e está em consonância com resultados de outros trabalhos (NOGUEIRA *et al* 2009, NOGUEIRA, CROCCO e FIGUEIREDO, 2010) nos quais se afirma que, em geral, as aplicações em títulos e valores mobiliários (assim como as receitas provenientes dessas operações) são concentradas nas matrizes das instituições bancárias, sendo estas, na maior parte dos casos¹⁰, localizadas em São Paulo.

Assim, é possível concluir que as principais fontes de receitas bancárias são: tarifas, crédito e aplicações em títulos. A primeira mostrou-se mais relevante para os municípios com sistema financeiro diversificado. A segunda, para aqueles pertencentes ao grupo com sistema financeiro básico. E, a última, para o centro financeiro de primeira ordem.

O coeficiente estimado para a variável **PLB**, que se mostrou positivamente correlacionado às receitas por unidade de ativo para o município paulistano, à primeira vista contradiz a teoria pós-keyensiana da preferência pela liquidez diferenciada por região. De acordo com esta, a incerteza é maior nos locais menos desenvolvidos – periferia, logo, a preferência pela liquidez dos bancos também deveria ser maior lá e menor nos locais mais desenvolvidos – centro, onde a diversificação produtiva é maior. Cabe esclarecer, entretanto, que a preferência pela liquidez dos bancos é, como afirma a teoria, menor em São Paulo e maior no grupo de sistema financeiro básico, como afirma a teoria (ver gráfico 1). Contudo, consideradas a maior diversificação de ativos no centro de primeira ordem e a concentração das aplicações em títulos e valores mobiliários no mesmo, a atividade de concessão de crédito tem pouca influência nas receitas das agências ali localizadas. Sendo assim, dada a forma como o indicador **PLB** é construído, é possível compreender sua correlação positiva com as receitas, indicando que as agências bancárias paulistanas têm como principal fonte de receitas as aplicações em títulos e valores mobiliários, e não o crédito.

Gráfico 1 – Preferência pela liquidez dos bancos: média para os três níveis hierárquicos, 2000 a 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Estatística Bancária Mensal do Banco Central

¹⁰ As exceções importantes são a sede do Bradesco em Osasco/SP e, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil em Brasília/DF.

O índice **ATPIB** foi o único a apresentar resultados significativos para os três grupos, sendo negativamente correlacionado com a variável dependente no caso dos municípios de sistema financeiro básico e positivamente correlacionado para os demais. Tal indicador pode ser interpretado como o peso do sistema bancário nos municípios. Pode-se argumentar, portanto, que a correlação negativa observada para as localidades do primeiro nível está ligada ao fato de tais municípios possuírem opções limitadas de aplicações dos ativos. Dessa forma, um crescimento excessivo do sistema bancário poderia gerar excesso de concorrência entre as agências e, conseqüentemente, queda nas receitas bancárias. Já para os municípios de sistema financeiro mais avançado, as oportunidades de negócios são maiores, tendo em vista o próprio dinamismo econômico das cidades, o que permite o avanço do sistema bancário com receitas crescentes.

A partir deste resultado, conclui-se que há uma tendência ao reforço da concentração bancária nos municípios de maior centralidade financeira, uma vez que a expansão do setor bancário nestas localidades tende a gerar maiores receitas.

Por fim, as *dummies* de período têm como função captar o efeito da tendência temporal, ou seja, dos fatores conjunturais que influenciam os dados. Observa-se, pelos resultados que a receita como unidade do ativo apresentou tendência de queda em 2004, em relação a 2000, para o caso dos municípios do nível mais baixo de centralidade. Para os demais grupos, esta variável não foi importante para explicar o comportamento das receitas bancárias.

Também em relação a 2000, percebe-se que houve uma tendência de queda em 2008 nas receitas para os municípios do nível mais baixo e mais alto, enquanto para os municípios do segundo nível observou-se uma tendência de alta. O ano de 2008 foi marcado pelo início da crise financeira internacional, cujo evento mais marcante foi a quebra da empresa *Lehman Brothers*, gigante financeira americana de renome em *Wall Street*. Tal fato levou a um *crash* nas bolsas de valores do mundo todo e, no Brasil, não foi diferente, com a Bovespa apresentando quedas consecutivas. Tendo em vista que os resultados mostram que as agências bancárias paulistanas têm nas aplicações em títulos e valores mobiliários sua principal fonte de receitas, é possível interpretar a forte tendência de queda apontada pela variável **hi3d08** como um reflexo da desvalorização repentina de vários papéis e títulos que compõem o portfólio de aplicações dos grandes bancos.

Ainda nesse contexto, pode-se dizer que a queda nas receitas do grupo de municípios de sistema financeiro básico, apontada pela variável **d08**, reflete as estratégias bancárias de reação à crise. Dado o cenário de incerteza provocado pela quebra do *Lehman Brothers*, os bancos elevaram a sua preferência pela liquidez como forma de se resguardarem. Tal atitude teve como consequência uma crise de liquidez, com impacto direto nos municípios de baixa centralidade financeira cuja principal fonte de receitas é a concessão de crédito.

Já no caso dos municípios do segundo nível, a tendência foi inversa, ou seja, a receita por unidade de ativo foi afetada positivamente pela conjuntura do ano de 2008. Tal fato é explicado pelos resultados da regressão que mostram as tarifas como principal fonte de receitas para esse grupo.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo testar a hipótese de que o sistema bancário brasileiro atua de forma diferenciada no espaço. A discussão é embasada no referencial teórico pós keynesiano de preferência pela liquidez distinta por região. Assume-se também que a diferenciação das estratégias de alocação de ativos é determinada pelo nível de centralidade dos municípios. A construção da hierarquia de centralidades financeiras teve como base a Teoria do Lugar Central de Christaller (1966). Cada uma das 2.924 cidades brasileiras consideradas no estudo foi classificada em um grupo conforme a oferta de serviços financeiros disponíveis no local. A metodologia de agrupamento foi adaptada de Crocco (2010) e deu origem a três grupos: SFB, SFD e CF1°.

Utilizando a técnica de painel dinâmico, empreendeu-se uma regressão onde as receitas por unidade de ativo figuram como variável dependente e, como explicativas, uma série de indicadores financeiros. Os resultados corroboram a hipótese levantada na medida em que para cada nível de centralidade foi encontrada uma fonte de receitas predominante. Os municípios dos grupos SFB, SFD e

CF1° têm como principal fonte de ganho, respectivamente, concessão de crédito, cobrança de tarifas e aplicações em títulos e valores mobiliários.

Embora as agências localizadas nos municípios do primeiro nível tenham na concessão de crédito sua fonte de aplicação do ativo mais relevante, é importante ressaltar que a participação desses municípios no total de crédito é baixo. No período considerado, 2000 a 2008, a participação relativa do grupo SFB no volume de crédito concedido no país não passou de 25%, lembrando que esse grupo engloba mais de 98% da amostra. Dessa forma, mais de 70% do crédito disponibilizado no país vai para os grandes centros, onde a preferência pela liquidez dos bancos é menor. Contudo, dada a baixa diversificação das aplicações bancárias nas pequenas cidades, o crédito, com destaque para os empréstimos, é atividade principal das agências.

Com o fim da inflação em 1994, os bancos passaram a buscar outras fontes de receitas para substituir o *floating*, uma das formas encontradas foi o crédito direto ao consumidor e suas várias formas, outra, tão relevante quanto, foi a cobrança de tarifas por serviços prestados. Nas pequenas cidades, dada a pouca diversificação da atividade bancária, as receitas com tarifas apresentam uma relevância menor. Nas cidades do grupo SFD esta é a principal fonte de receitas, tendo em vista a elevada bancarização da população e a relativa homogeneidade da renda nestes locais. O consumo de produtos bancários nos grandes centros é maior o que amplia consideravelmente as receitas com tarifas. Em São Paulo, a população é mais heterogênea vis-a-vis outras capitais brasileiras e centros regionais, dessa forma, a demanda por serviços financeiros, embora seja maior do que em qualquer outra cidade, não é estendida para a população em geral.

No CF1°, a principal fonte de receitas é a aplicação em títulos e valores mobiliários, opção mais sofisticada que, em função dessa característica, tende a ser concentrada nas matrizes. A crise dos *subprime* e a queda do *Lehman Brothers* tiveram o maior impacto negativo para as receitas bancárias do município paulistano, isso porque é nas agências ali localizadas que as aplicações no mercado financeiro são mais recorrentes.

Por fim, é importante ressaltar o caráter altamente concentrado do sistema bancário brasileiro, verificado no próprio resultado da hierarquização financeira que coloca mais de 98% da amostra no grupo onde os serviços bancários são menos diversificados. Além disso, os resultados da regressão mostram que quanto maior o tamanho do sistema bancário em um município, maiores as receitas. Dessa forma, verifica-se uma tendência à concentração das agências bancárias no centro. Essa conformação, embora seja eficiente do ponto de vista estrito da firma bancária, é ineficiente no que tange ao desenvolvimento regional. Assim, o sistema bancário tende a alocar seus ativos da forma que maximiza seus retornos e sua ação tende a reforçar as centralidades pré-existentes que, por sua vez, determinam a estratégia bancária. Tal processo de causalção circular cumulativa tem como resultado a ampliação das disparidades regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEARE, John. A monetarist model of regional business cycles. **Journal of Regional Science**, Amherst, MA, v.16, n.1, p.57-63, Apr.1976.

CAMERON, A.C, Pravin K., TRIVEDI. *Microeconometrics: Methods and Applications*, New York: Cambridge University Press, 2005.

CARVALHO, Fernando Cardim. **Mr Keynes and the Post Keynesians: principles of macroeconomics for a monetary production economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 1992. 246p.

CHICK, Victoria; DOW, Sheila. A Post-Keynesian perspective on the relation between banking and regional development. In: ARESTIS, P.(Ed.) **Post-Keynesian monetary economics: new approaches to financial modelling**. Aldershot: Edward Elgar, 1988. p.219-50.

CHRISTÄLLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CROCCO, M. *Moeda e desenvolvimento regional e urbano: uma leitura Keynesiana e sua aplicação ao caso brasileiro*. Tese apresentada para obtenção do título de Professor Titular no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR/ UFMG), 2010

CROCCO, M. *et al.* Hierarquia financeira e diferentes estratégias bancárias regionais: uma análise exploratória. In: IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2011, Rio de Janeiro. *Anais do IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*, 2011.

CROCCO, Marco; CAVALCANTE, Anderson; CASTRO, Cláudio. The Behavior of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brazil. **Journal of Post Keynesian Economics**, Armonk, NY, v.28, n.2, p.217-40, Winter. 2005-6.

CROCCO, Marco; FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna; SANTOS, Fabiana. Differentiated banking strategies across the territory: an exploratory analysis. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.33, n.1, fall 2010.

DOW, Sheila. The regional composition of the money multiplier process. **Scottish Journal of Political Economy**, Essex, n.29, n.1, p.22-44, Feb.1982.

DOW, Sheila. The treatment of money in regional economics. **Journal of Regional Science**, Amherst, MA, v.27, n.1, p.13-24, Feb.1987.

DOW, Sheila. The regional financial sector: a Scottish case study. **Regional Studies**, Oxfordshire, v.26, n.7, p.619-31, 1992.

DOW, Sheila. **Money and the economic process**. Cambridge: Edward Elgar, 1993.

DOW, Sheila. The stages of banking development and the spatial evolution of financial systems. In: MARTIN, R. (Ed.). **Money and the space economy**. Londres: Willey, 1999. p.31-48.

FISHKIND, Henry. The regional impact of monetary policy: an economic simulation study of Indiana 1958-1973. **Journal of Regional Science**, Amherst, MA, v.17, n.1, p.77-88, Apr.1977.

GREENWALD, Bruce; LEVINSON, Alec; STIGLITZ, Joseph. Capital market imperfections and regional economic development. In: GIOVANNINI, A. (Ed.) **Finance and development: issues and experience**. Cambridge: Center for Economic Policy Research; Cambridge University, 1993. p.65-93.

JACOBS, Jane. **La economía de las ciudades**. Barcelona: Península, 1975.

LEYSHON, Andrew. Money and finance. In: SHEPPARD, Eric; BARNES, Trevor (Eds.) **A companion to Economic Geography**. Oxford: Blackwell, 2003. p.432-49.

LEYSHON, Andrew; THRIFT, Nigel. **Money/Space: geographies of monetary transformation**. London: Routledge, 1997.

MARTIN, Ron. The new economic geography of money. In: MARTIN, Ron (Ed.). **Money and the space economy**. London: Willey, 1999a. p.3-28

MARTIN, Ron. The new 'geographical turn' in economics: some critical reflections. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v.23, n.1, p.65-91, Jan.1999b.

MOORE, Craig; HILL, Joanne. Interregional arbitrage and the supply of loanable funds. **Journal of Regional Science**, Amherst, MA, v.22, n.4, p.499-512, Nov.1982.

MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and underdevelopment regions**. London: Gerald Duckworth, 1957.

NOGUEIRA, M. *et al.* Rentabilidade das agências bancárias: um estudo para os municípios brasileiros. In: II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2009, Porto Alegre. *Anais do II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*, 2009.

NOGUEIRA, M.; CROCCO, M.; FIGUEIREDO, A. T. L. Estratégias bancárias diferenciadas no território: o caso de Minas Gerais. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 28, n. 54, p. 281-311, set. 2010.

NOGUEIRA, Mara; FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna; CROCCO, Marco. Gestão do ativo bancário diferenciada no território: In: *Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia*, 2008, Salvador.

PARR, John. The location of economic activity: central place theory and the wider urban system. In: McCANN, Philip (Ed.). **Industrial Location Economics**, Cheltenham: Edward Elgar, 2002a. p.32-82.

PARR, John; BUDD, Leslie. Financial services and the urban system: an exploration. **Urban Studies**, Edinburgh, v. 37, n. 3, p. 593-610, Mar. 2000.

ROBERTS, R.Blaine; FISHKIND, Henry. The role of monetary forces in regional economic activity: an econometric simulation analysis. **Journal of Regional Science**, Amherst, MA, v.19, n.1, p.15-29, Feb.1979.

RODRÍGUEZ-FUENTES, Carlos. El papel del sistema bancário em el desarrollo regional. Reparto o creación de crédito? **Estúdios Regionales**, [s.l.], n.47, p.117-39, 1997.

RODRÍGUEZ-FUENTES, Carlos. Credit availability and regional development. **Papers in Regional Science**, Urbana, v.77, n.1, p.63-75, Jan.1998.

VERBEEK, Marco. A guide to Modern Econometrics. Erasmus University Rotterdam: John Wiley & Sons, Ltd, 2004.

WELLS, Paul. A post Keynesian view of liquidity preference and the demand for money. **Journal of Post Keynesian Economics**, Armonk, NY, v.4, n.4, p.523-36, Summer. 1983.

ANEXOS

Anexo 1

Tipo de Instituição	Frequência	(%) do Total de Municípios	Peso
Fundos de investimento	5	0,13	5
Bancos múltiplos, sem carteira comercial	8	0,21	5
Bancos de desenvolvimento	10	0,26	5
Securitização de créditos	10	0,26	5
Holdings de instituições financeiras	11	0,29	5
Bancos de investimento	12	0,31	5
Arrendamento mercantil	14	0,36	4
Sociedades de crédito ao microempreendedor	15	0,39	4
Resseguros	17	0,44	4
Crédito imobiliário	19	0,50	4
Sociedades de capitalização	19	0,50	4
Administração de bolsas e mercados de balcão organizados	22	0,57	4
Agências de fomento	35	0,91	4
Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	49	1,28	4
Seguros-saúde	51	1,33	3
Outras sociedades de participação, exceto holdings	56	1,46	3
Previdência complementar fechada	64	1,67	3
Previdência complementar aberta	69	1,80	3
Avaliação de riscos e perdas	77	2,01	3
Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	84	2,19	3
Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias	106	2,76	3
Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	147	3,83	3
Seguros de vida	151	3,94	3
Administração de cartões de crédito	154	4,01	3
Seguros não-vida	205	5,34	3
Holdings de instituições não-financeiras	221	5,76	3
Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	264	6,88	3
Sociedades de fomento mercantil - factoring	410	10,69	2
Planos de saúde	442	11,52	2
Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	479	12,48	2
Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	564	14,70	2
Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	742	19,34	2
Caixas econômicas	1081	28,17	2
Crédito cooperativo	1188	30,96	2
Bancos Múltiplos com carteira comercial e bancos comerciais	3481	90,72	1